

| |
|-----------------|
| CEDI - P. I. B. |
| DATA 25/09/87 |
| COD. PAD 11 |

I N T R O D U Ç Ã O

Através da Portaria nº 1847/E, de 28 de março de 1985, fui designada juntamente com os técnicos: Maria Hilda Baqueiro Paraíso - Antropóloga e Assessora da Presidência para assuntos da Bahia/17ª DR/FUNAI, Manuel Barbosa Filho - Cartógrafo/DPI/FUNAI, Reginaldo Costa Santos - Técnico em Agricultura e Pecuária/DPI/FUNAI e Marcos Sá Ferreira - Agrônomo/INCRA, para procedermos estudos visando a identificação e definição dos limites das áreas indígenas: Coroa Vermelha, Águas Belas, Imbiriba e Mata Medonha.

Conscientes de que a definição de áreas indígenas é o resultado de uma interpretação da problemática e/ou situação interétnica a que estão submetidos os grupos indígenas, nos vários níveis: local, regional e nacional, procuramos direcionar os trabalhos dentro de um sistema objetivo de necessidades e valores, mas entendendo, também, a questão da terra índia como um direito inalienável por se tratar de grupo étnicamente diferenciado que recebeu legislação especial. Tivemos pois, como norma precípua que é o ser índio que garante a terra, não importando o fato de estar mais ou menos aculturado.

RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA

Historicamente, os territórios tribais do grupo indígena Pataxó estendiam-se do rio das Contas ao Jequitinhonha. Aí, as frentes pioneiras baianas foram encontrá-los ainda no século XIX. Mas, as notícias sobre a sua existência naquela área, são bastante anteriores, remontando ao século XVI.

Durante todo o século XIX e as três primeiras décadas deste século, os índios Pataxó - ainda arredios - sofreram toda a sorte de pressões das frentes "civilizadas" de ocupação do sul da Bahia.

Ante um avanço tão violento, os índios se embrenharam nas matas, sendo de se supor, já então, começassem a sofrer redução populacional - face as verdadeiras "caçadas" de que eram objetos pelos nacionais, às epidemias trazidas por estes e a poluição das nascentes dos rios e ribeirões de que se serviam.

A região hoje ocupada pelas áreas do PI Pataxó e pelas pequenas comunidades adjacentes pertenciam à Capitania de Porto Seguro, cujo donatário tentou implementar atividades vinculadas a produção açucareira, sem que entre tanto, obtivesse sucesso. A área litorânea era ocupada por grupos Tupiniquim, que sempre reagiram ao processo de escravização que lhes era imposto. A sua reação processava-se através da queima sucessiva de engenhos e canaviais, o que determinou a falência do empreendimento e a reversão da capitania para a Coroa.

A política adotada pela Coroa Portuguesa para as capitanias de Ilhéus e Porto Seguro foi a de transformá-las em reservas florestais para abastecimento da Real Armada e como "tampões" que impediam o acesso à região aurífera de Minas Gerais. Conseqüentemente, para ali refluíram vários grupos

indígenas foragidos da ocupação predatória de outras áreas. Os Pataxó, assim como os Panãme, Macomi, Maxacali e Botucudo (Grên ou Aimorê) foram alguns desses grupos que migraram do interior de Minas Gerais em busca do litoral baiano a partir do século XVIII.

Os Pataxó, objeto de nossas preocupações nesse momento situam-se em duas grandes áreas, tendo como limite o rio Pardo, onde foi construído o famoso Quartel do Salto, tendo como objetivo fundamental dar-lhes combate. Esse grupo caracteriza-se por ser composto por pequenos bandos nômades que circulavam nesse espaço e mantinham, individualmente, contatos esporádicos com membros da sociedade nacional, com os quais estabeleciam relações de troca de produtos silvestres por manufaturados. Consequentemente, há notícias com datas distintas para contato e pacificação dos Pataxó, variando do século XVII ao século XX.

Na área de Porto Seguro, a primeira notícia da presença dos Pataxó é de 1805, quando de um Ofício ao Governador Francisco da Cunha Menezes para o Visconde de Abadia, encarregado de apresentar relatório detalhado da exploração das bacias e rios da Capitania. Em 1808 o relatório de viagem do Desembargador Luiz Thomaz de Navarro confirma a presença dos Pataxó e outros grupos indígenas na mesma região, assim como na Vila do Prado e Caravelas, na ocasião em grande decadência, pelos contínuos ataques dos índios.

Os moradores da região atribuíam os seus maiores males aos Pataxó e Botucudos. O Sargento-Mor Comandante da Vila de Caravelas em Ofício ao Desembargador Luiz Thomaz de Navarro assim escrevia: "a violência é o meio mais próprio de tornar tranquilas e habitáveis as terras, em que transitam estes barbaros, pela experiência de 22 annos em que elles a tem feito conhecer indoceis, e incapazes de que o amor, soffrimentos e beneficencia os chame à sociedade civil, e gremio da igreja, o que se conseguirã mais facilmente

sitiando-os, e impedindo-lhes com armas e resistencia, e trazendo-os violenta dos ao povoado das villas, onde não devem ficar em liberdade, porque de certo retrocederão, como já tem obrado alguns, que, baptisados, apostatam..!"(Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro 1846:449).

Os trabalhos do Príncipe Wied Neuwied que visitou a região entre 1815 e 1817 indicam claramente a existência de agrupamentos Pataxó: um da margem norte do rio São Mateus (ou Cricaré) até Porto Seguro e o outro estando localizado entre os rios das Contas e Prado.

O Príncipe de Wied-Neuwied encontrou os Pataxó na Vila do Prado em 1816, quando haviam chegado, dias antes das florestas para as plantações, trazendo grandes bolas de cera para vender. Estariam em contato amigável com os habitantes do Prado há três anos, desde 1813, através da mediação dos Maxakali.

Em 1816 o Capitão Bento Lourenço organizou uma expedição punitiva composta de gente armada de São Mateus, Vila Verde, Porto Seguro e outras localidades que percorreu as matas do Mucuri em busca dos Pataxó, sem, no entanto, obter sucesso.

No entanto, o documento que parece mais elucidativo sobre o momento de contato dos Pataxó de Barra Velha com a sociedade nacional data aproximadamente de 1807 e refere-se ao deslocamento forçado dos índios da Vila do Prado para Alcobaça. Os contatos entre os Pataxó e a sociedade nacional se fizeram com a intermediação dos Maxakali. Porém, em volta da área da Vila do Prado até 1851 se registra a existência de "hordas de indígenas bravos, que algumas vezes tem saído com ânimo de fazerem hostilidades, e raras vezes saem a fazer mal" (Ofício do Diretor Geral do Índio - Cassemiro de Sena Madureira ao Ministro e Secretário dos Negócios do Estado em 15/02/1851, ns).

Na região próxima a atual aldeia de Barra Velha, onde hoje se

situam os povoados de Caraíva e Troncoso os índios aldeados referiam-se constantemente a presença dos Pataxó nas matas vizinhas, o que caracteriza a área em apreço como sendo o território imemorial dos Pataxó Meridionais (Wied-Neuwied: 1858: 219-220-225).

Em 1861 o Presidente da Provincia, Antonio da Costa Pinto sugere a criação de uma aldeia para os Pataxó na foz do rio Corumbao, para reunir os índios que viviam em volta da Vila do Prado, local onde hoje se situa a aldeia de Barra Velha, e informa que em torno da Vila do Prado "há centenas de famílias, ora nas brenhas, e ora na referida Vila, sem caráter hostil é verdade, mas persistentes em seus costumes selváticos. Estes índios vão pescar constantemente no rio - Corumbau - em cujas margens armam ranchos, onde moram, até que terminada a pesca e a salga, se retiram para as matas". (Pinto 1861:36).

Em 1892, trinta e um anos depois do provável estabelecimento da aldeia às margens do Corumbao, Francisco Vicente Viana no seu livro "Memória sobre o Estado da Bahia", faz uma referencia clara a Barra Velha, referindo-se ainda a vários arraiais, antigas aldeias na região: Itaquena, Caraíva, Cachoeira e São Simão.

Já no ano de 1939 a esquadrilha de vôo comandada pelo Almirante Gago Coutinho visitou a aldeia de Barra Velha, explicitando o seu espanto quanto ao estado de miséria em que viviam os índios ali residentes.

"Deixamos a aldeia de Barra Velha às primeiras horas da madrugada. É desolador o aspecto de miséria do povoado onde passamos a primeira noite... Temos visto caboclos inteiramente abandonados. Caboclos doentes e analfabetos. Na aldeia Barra Velha, encontramos uma pequena população descendente dos Tupiniquins. Todo mundo é doente. Uns atacados pelo impaludismo, outros pela verminose..." (Castro 1940:55).

O aldeamento dos índios em Barra Velha, aglutinando os bandos espalhados na região teve sem dúvida dois objetivos:

1º - afastar ou "amansar" os índios arredios, o que se fazia necessário pelo perigo que representavam para as fazendas e pessoas, facilitando assim o avanço e penetração sobre as terras indígenas.

2º - índios aldeados e catequizados equivaliam a mão-de-obra gratuita e necessária ao processo de penetração branca na área.

Tais objetivos ficam claros na fala do Presidente da Província em 1º de setembro de 1861: "Alem das conveniências da colonização, que exigem o aproveitamento desses braços perdidos, o que nem maior dificuldade lhes podem servir dum grande apoio, temos de mais a mais os interesses das povoações e propriedades vizinhas dos selvagens, as quais devemos garantir contra as invasões e hostilidades que eles praticam; sendo que por essa falta de segurança, não só se despovoam ficando muitas vezes abandonadas, como também perpetuamente devolutas e baldios os terrenos nacionais adjacentes, por falta de quem os pretenda para qualquer cultura ou estabelecimento. Fica exuberantemente demonstrado que a catequese é hoje, mais que nunca, um projeto que exige mui sérios cuidados dos poderes públicos". (Chaves 1861:70).

Apesar do Presidente da Província na abertura da Assembléia Legislativa em 1948, garantir que: "O aldeamento dos nossos indígenas nesse lugar não só é útil pelo lado Moral e da Religião, mas ainda pelas vantagens industriais que daí resultaram [...] [é] fora de dúvida que essas duas aldeias estabelecidas na direção da dita estrada muito contribuirão para a sua conservação, e limpeza por conseguinte para que ela seja muito mais frequentada, pois que a experiência mostra que os Aldeados dirigidos por um hábil administrador, de bom grado se prestam a essa trabalho, o que por meio de outros braços não seria fácil de conseguir". (Magalhães 1848:9). No entanto os re

gistros posteriores sobre a aldeia dão notícias de uma miséria total. E o isolamento de Barra Velha passa a ser tão forte que nem mesmo quando se planeja a criação do Parque Nacional de Monte Pascoal em 1940 há referencial a aldeia e a seus habitantes.

O SURGIMENTO DE PEQUENAS COMUNIDADES - DESTRUIÇÃO DE BARRA VELHA

Os Pataxõ de Barra Velha, na verdade tornaram-se conhecidos em 1951, quando foram envolvidos pela ação de 2 nacionais que, prometendo-lhes demarcar as terras, os mobilizaram para ataques ao povoado de Corumbao.

A partir de 25 de maio de 1951 as edições de A Tarde, Jornal da Bahia, passaram a tratar do "levante" dos índios de Barra Velha, através de veementes noticiários que provocaram reação policial dura e arbitraria.

Segundo a reconstituição dos acontecimentos que envolveram índios, regionais e forças policiais; na ocasião eram os Pataxõ de Barra Velha liderados pelo "Capitão Honório", que para garantir seu prestígio e angariar doações e benefícios para seu grupo viajava de quando em vez ao Rio de Janeiro, mantendo contato com o General Rondon no S.P.I.

Conta seu filho Severino que na última viagem de seu pai ao Rio de Janeiro, em fevereiro de 1951, ele foi abordado por um estranho que se dizia engenheiro e que iria medir as terras dos Pataxõ por ordem do Governo.

Realmente, tempos depois o "engenheiro" chegou à aldeia acompanhado de um indivíduo intitulado "Tenente". E a demarcação das terras, para a qual se diziam representantes do Governo implicava segundo os mesmos na expulsão dos regionais vizinhos.

Foram pois insinuados ataques às fazendas e localidades próximas, mas somente em Corumbao foi efetivado, resultando em tiroteio e ferimento do comerciante Leodomiro Rodrigues.

A notícia se espalhou, semeando o pânico na região. Força policial, composta de 2 sargentos e 4 praças foi obrigada a recuar diante dos índios, avaliados entre cinquenta e cem homens.

Reforços foram concentrados em Porto Seguro e em 25 de maio a al

deia de Barra Velha foi atacada pela madrugada e ocupada em menos de uma hora.

Aterrorizados com o tiroteio os índios fugiram pelos matos e brejos. Muitos foram mortos sem que os jornais soubessem precisar quantos. A aldeia incendiada pelos policiais, provocou a total debandada de adultos e crianças e o esfacelamento forçado do grupo indígena.

As perseguições continuaram com a intercepção de prováveis mensageiros que estariam procurando estabelecer ligações com Umurana, onde seguindo os jornais, havia uma grande população indígena.

As operações policiais culminaram com a captura de 38 prisioneiros, a morte dos dois "líderes" brancos e o aprisionamento do Capitão Honório.

Quanto a identidade e intenções dos dois brancos é pouco clara a idéia que os índios ainda guardam, supondo no entanto serem bandidos interessados em saquear com a cumplicidade deles.

No entanto o comando policial, no dia 11 de junho, declarou que o levante de Barra Velha fora político e comunista, identificando um dos "líderes" como comunista atuante.

Finalmente soltos, os Pataxó incorporaram à massa de indígenas desgarrados, que viviam entre a população regional.

Desta forma entendemos o nascimento de pequenas comunidades indígenas. E a existência de Imbiriba, Águas Belas e Mata Medonha é resultante da destruição da Aldeia de Barra Velha que passou na memória oral do grupo a simbolizar toda a catástrofe sofrida.

A dissolução de Barra Velha, no entanto, foi apenas temporária, pois em 1957 há notícias da existência de 4 casas, no local da antiga aldeia e outras esparsas pelo tabuleiro de suave elevação arenosa que constitui uma das 4 zonas geomorfológicas da região.

R. 1

Todavia a população indígena que voltou ao Parque Nacional de Monte Pascoal estaria reservada mais um revés.

Através do decreto-lei nº 12.729 de 19 de abril de 1943 o Governo da Bahia criou o Parque Nacional do Monte Pascoal. Não tomou, no entanto, conhecimento da situação dos nacionais da área, e da existência dos índios. De sua criação até 1960, não houve providências para a concretização do projeto. Em 1961, o decreto estadual nº 17.912, doou à União 22.500 ha de terras para instalação do Parque, com novos limites. O Governo Federal pelo Decreto nº 242, de 29 de novembro de 1961 aceita os limites doados e cria o Parque Nacional de Monte Pascoal. Indiscriminadamente posseiros e Pataxó foram indenizados e se viram compelidos a abandonarem o Parque.

Os guardas responsáveis pela desocupação da área passaram a desalojar os índios sem no entanto conseguir que deixassem Barra Velha.

No entanto relatório de funcionários da FUNAI, encarregados de verificar "in loco" a situação dos índios literalmente dizia: "Antes do Decreto nº 242, de 29 de novembro de 1961, que criou o Parque Nacional do Monte Pascoal, com área territorial de 22.500 ha, e o início das atividades administrativas do IBDF, os índios Pataxó desfrutavam de toda a região compreendida entre os rios Corumbaú e Cemitério, e, do Monte Pascoal ao Oceano (50 Km). A partir de 1965, o IBDF os confinou em 210 ha de terras (Barra Velha) de baixíssima fertilidade. Hoje, o referido órgão pleiteia a retirada dos Pataxó do PNMP, tendo em vista a execução da política da preservação das reservas biológicas da região".

Em 1973, antropólogos da FUNAI incumbidos da organização de um trabalho concernente à política de assentamento dos remanescentes Pataxó dispersos no sul do Estado da Bahia, escreviam: "O confinamento imposto ao grupo pela administração do Parque a ponto de em 1965, restringi-los a uma faixa de

terra de 210 ha, sem acesso a áreas apropriadas para suas roças, e a coleta de piaçava e a caça nas matas anteriormente de seu uso, perturbou sua reorganização espontânea. Alguns na impossibilidade de subsistirem e tangidos pelo temor criado pelos acontecimentos de 1950 procuraram refúgio em outras paragens ou se marginalizaram nas pontas de rua e vilas e cidades da região".

Como tutelado da União está garantida ao índio a "posse permanente das terras que habita e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes" (Estatuto do Índio, cap. II, art. 22).

O que se pode observar com relação ao grupo Pataxó, no entanto é que tanto o SPI quanto a FUNAI sempre exerceram uma tutela inócua, foram incapazes de assistir e defender os interesses dos tutelados naquilo que lhes é mais vital, a terra.

Resultante desta omissão é a existência hoje da aldeia Coroa Vermelha, pois imprensados entre a área do Parque Nacional e o mar, numa faixa de areia da praia o grupo se viu obrigado mais uma vez a se dispersar, alojando assim em novas terras onde lhe fosse possível a subsistência. Esta compulsão imposta ora pelas frentes de expansão ora por órgãos ligados ao Estado, tem conduzido os grupos indígenas para outras áreas que não as suas, sempre com menor potencial econômico.

R. P.
R. S. b.

ASPECTOS SÓCIO - CULTURAIS

ACULTURAÇÃO

O tempo que passamos em campo não nos permitiu uma pesquisa mais aprofundada dos aspectos sócio-culturais do grupo.

Nossas observações, portanto, se baseiam nas transparencias do dia a dia da aldeia e no testemunho de informantes que não tiveram tempo de se acostumarem com a presença do observador se mostrando muitas vezes constrangidos com nossas questões.

Caminhando rapidamente para um processo cada vez maior de miscigenação, caracterizando-se por um avançado estágio de aculturação, vivem estes índios dependentes da sociedade regional.

Não se distinguem em quase nada da população envolvente. Na verdade, organizam social, política e economicamente como seus vizinhos, falam a mesma língua, se vestem como eles e professam a mesma religião. No entanto, mantêm a identidade étnica, diferenciando-se da comunidade envolvente por algumas características culturais diversas e peculiares, apoiadas principalmente na tradição oral e na posse da terra.

Habitantes do interior da mata, eram os Pataxó, antigos caçadores e coletores. Hoje, vivem as quatro comunidades visitadas, com exceção de Coroa Vermelha, de uma agricultura de subsistência pela pouca disposição de terras, vendo-se alguns componentes dos grupos impelidos a trabalharem como assalariados.

A agricultura praticada pelos Pataxó é na técnica e nos produtos, idêntica a dos segmentos rurais vizinhos, sendo que a unidade social de produção coincide com a força de trabalho do grupo doméstico, constituído ba

R. 10

sicamente de famílias nucleares.

O ciclo da agricultura tem início no período em que as chuvas se escasseiam, ou seja, nos meses de junho e julho, quando se faz as queimadas que antecedem o plantio.

Os principais produtos plantados são a mandioca, feijão, milho, banana, e as vezes a batata, abóbora e melância. Entre estes índios planta-se primeiro a mandioca e nos intervalos entre uma cova e outra os outros produtos que consomem.

Nos quintais das casas, que constituem uma extensão do espaço agrícola, plantam coqueiros, cabaça, pimenta e dendezeiros.

A divisão de trabalho dentro das ocupações agrícolas, não obedece nenhum esquema rígido, tanto homens como mulheres exercem as mais alternadas tarefas. E, como a agricultura constitui a principal atividade econômica ela é a opção de todo Pataxó quando atinge a idade produtiva.

Apesar de não ser, nas comunidades que visitamos, uma atividade economicamente importante a pesca e a coleta de animais em mangues próximos às aldeias, garantem a fonte de proteína animal, constituindo assim, complemento básico dos produtos agrícolas. Conseguem também proteínas através de pequenos criatórios de aves, como galinhas, perus ou de suínos em poucas residências.

Por outro lado, quase toda família nuclear Pataxó, é dona de um jêgue, o principal e único meio de transporte da área.

Os tipos de habitações que encontramos, em nada varia dos padrões brasileiros locais, embora sem as mesmas repartições no seu interior. As paredes são de barro ou palha, com cobertura também de palha, os fogões de barro e fornos de farinha hoje utilizados são estranhos a sua cultura.

As aldeias são construídas como as vilas dos regionais, com suas

casas em arruados e quintal anexo.

Exceção no entanto para a aldeia Coroa Vermelha onde, hoje, constroem as casas, com base circular, paredes com mais ou menos 1.60m de altura, feitas de um trançado de ripas cobertas de barro, na maioria das vezes caídas; teto em forma de cone com esteio central. Interrogados sobre o porquê daquelas casas, afirmam que seus antepassados assim as construïam. No entanto, nenhuma pesquisa nos levou a esta forma antiga de construção. Supomos, portanto, que seja a resultante híbrida da concepção que estes índios criaram a respeito de casas indígenas, como uma forma de afirmação étnica, tendo em vista os problemas de fricção interétnica, provocados pela posse da terra. Além do mais, como se trata de uma zona altamente turística, funciona também como uma maneira de angariar alguns benefícios imediatos, pelo pitoresco ou o exótico da paisagem apresentada.

Aliás, esta situação de atrair turistas leva a população de Coroa Vermelha a se apresentar como "índios" em diversas ocasiões, como festas cívicas, incentivada ou mesmo convocada por autoridades governamentais. Implacando no uso, para ambos os sexos, de um saiote de franjas, feito de bagaço de cana desfibrada e montado sobre um cordão. As mulheres cobrem os seios com folhas de bananeira e, como os homens, usam cocares de penas de galinha. No pescoço colares de sementes e/ou de caramujos.

Apesar do saiote Pataxó lembrar o usado pelas mulheres Kamakã, conforme descrição do Príncipe de Maximiliano Wied-Neu Wied em Viagem ao Brasil, a imagem apresentada pelos Pataxó parece mais configurar a idéia que os nacionais fazem de índio do que a assimilação de costume do referido grupo Kamakã.

No entanto, no diário, a vestimenta que os índios apresentam não difere da dos regionais, sendo as variantes condicionadas ao maior ou menor

M. S. B.

poder aquisitivo.

A população de Coroa Vermelha está toda voltada, exclusivamente, para a confecção de artesanato. Graças a ele os Pataxó conseguiram estabelecer uma relação de mercado com a sociedade envolvente e com isto vender alguma coisa a mais, que somente sua força de trabalho.

No entanto a prática do fazer artesanato não é uma atividade tradicional. Ao que parece foram incentivados a fazê-lo por funcionários da FUNAI, como um meio de inseri-los no mercado.

Assim é que os Pataxó desta região fazem arcos, flechas, lanças, cocares, cintos, tangas, colares, esteiras, e em menor escala, pois não encontram muita procura, certos objetos de madeira: como gamela e pilão. No pouco que podemos observar as mulheres se dedicam mais a confeccionar colares, esteiras, cintos, enquanto os homens fazem flechas, lanças, arcos, gamelas etc.

Os critérios para esta divisão do trabalho, ao que parece são puramente subjetivos, ou seja, aquilo que fica bem para o homem ou para a mulher fazer. No entanto, há uma grande colaboração de toda a família nuclear na elaboração de uma peça, podendo todos fazerem algum detalhe, conforme a habilidade de cada um.

Quando interrogados os Pataxó se consideram católicos. Comemoraram as festas da Igreja Católica com rezas e danças.

No entanto, nos informaram que festejam o dia de Reis, por exemplo, dançando com mascaras de pele e cabaça. Apesar de fugir ao ritual católico, não nos foi possível descobrir a origem desta variante da festa.

Além de serem católicos, uma grande parte acredita nos "guias", que se manifestam mediunicamente.

Pelo menos na aparência, as regras que norteiam o casamento, residência, e tipo de família bem como a terminologia de parentesco são identi

casas da sociedade nacional.

Isto se deve, sem dúvida, ao adiantado estágio de contato inte
rétnico que tornou inoperante a antiga estrutura social.

Quanto ao processo de liderança política, não existe uma chefia centralizadora, mas alguns indivíduos que exercem uma maior ou menor lideran
ça. No caso de Mata Medonha e Águas Belas, onde os grupos são constituídos, cada um, de uma família extensa, a liderança é exercida pelo mais velho que normalmente iniciou a formação da comunidade.

Exceção, no entanto, é feita a Imbiriba e Coroa Vermelha, onde as comunidades são resultantes da aglutinação de diversos núcleos familiares. Há nestas aldeias uma grande tendência ao faccionalismo, com o surgimento de diversas lideranças, nenhuma exercendo um poder centralizador e coeso.

Como resultado de todo este processo aculturativo, temos ainda a perda quase que total do patrimônio linguístico deste povo. São raros os índios que ainda guardam algum vocábulo de sua língua.

Os Pataxó atribuem esta perda aos acontecimentos de 1951, nos quais a maioria dos velhos teriam morrido.

No entanto, todos os relatos a respeito dos Pataxó, falam de um processo aculturativo já bastante intenso nesta época, com a língua original já em desuso.

A explicação deste fato no entanto deve ser remontado a 1861, quando por sugestão do Presidente da Província da Bahia, é constituída numa aldeia na foz do Rio Corumbau, reunindo todos os grupos tribais espalhados pela região, na qual supõem-se, predominava a etnia Pataxó. A utilização do Português teria facilitado a comunicação num ambiente de pluralidade linguís
tica, levando ao desuso gradual das línguas originais das diversas etnias reu
nidas.

COROA VERMELHA

LOCALIZAÇÃO

Está localizada a vinte e três quilômetros do limite norte da cidade de Porto Seguro e a 7 quilômetros de Santa Cruz Cabrália a cujo município pertence.

A aldeia se situa no local exato do chamado Ilhéu de Coroa Vermelha, um pequeno banco circular de areia, que avança para o mar e se destaca no pouco recortado litoral daquela área.

OCUPAÇÃO

Quando Pero Vaz Caminha escrevia à Coroa Portuguesa dizendo da descoberta do Brasil assim dizia do trecho que escolheram para lançar âncoras: "Larga enseada situada na costa da Bahia foi escolhida pela sua mansidão e abrigo natural...". "Em seus vários ilhéus no de Coroa Vermelha rezou-se a 1ª missa...".

-> Neste apláusível local, no qual está erguida uma cruz simbólica e placa comemorativa do evento da 1ª missa, estão hoje, os Pataxó.

Indubitavelmente uma área imemorial indígena, assumida unanimemente pelos Pataxó, que acreditam serem os descendentes da tribo que recebeu Cabral, noção esta também alimentada pelos administradores e sociedade local, como forma de dar significado concreto aos lugares símbolos da história nacional. No entanto, os habitantes do litoral eram de origem tupi, sendo os Pataxó moradores da mata.

A ocupação Pataxó em Coroa Vermelha, começou precisamente no dia 17 de novembro de 1972, quando o senhor Alberto do Espirito Santos Matos, cognominado Cacique Itambê, transferiu com seus familiares para o Ilhéu de Coroa Vermelha, pressionado em Monte Pascoal, pela política genocida do IBDF, que vê nos índios o depredador do meio ambiente, quando, é o próprio Órgão que faz vista grossa à devastação em áreas sob sua jurisdição, propondo ao Governo, inclusive, a extinção a favor dos grandes grupos econômicos dos seus próprios parques e reservas. Como acontece hoje com a Reserva Florestal do Gurupi e do Juruena.

O senhor Alberto, monta na ocasião por sua conta e risco, uma barraca para venda de artesanato. A partir daí várias outras famílias começaram a chegar ao local, procurando fugir a pressão exercida pelos guardas

Key

florestais do Parque Nacional de Monte Pascoal, que as impediam de plantar até mesmo para a subsistência. A venda fácil de artesanato, uma vez que a região começava a se transformar em pólo turístico, significava outra forma de angariar recursos para suas sobrevivências.

O Prefeito de Santa Cruz Cabralia, sr. Alcides Lacerda, vendo no aglomerado indígena que crescia, uma fonte de atração turística, concede a autorização para os índios ocuparem uma faixa de 30x300 metros, justo no Pontão de Coroa Vermelha, onde os mesmos construíram suas casas e outras benfeitorias.

Juntamente com a população indígena em Coroa Vermelha, crescia o turismo na região, cuja exploração, hoje, representa um processo altamente rentável da maior importancia para a economia local.

No entanto, os índios são enfáticos em afirmar que nem sempre foi assim. Quando lá chegaram a região do Ilhéu era totalmente despovoada.

Em 1979, quando Alceu Cotia Mariz, antropólogo/DGO/FUNAI, esteve em viagem de inspeção à área, assim escrevia: "Até o ano de 1973, o único acesso existente para a Coroa Vermelha e a cidade de Santa Cruz Cabralia, além do barco, era a própria areia da praia que, na maré vazante, podia ser percorrida de jipe. De Porto Seguro para o interior a estrada era de terra batida, precária, não favorecendo a circulação que só veio então a tomar vulto de seis anos para cá. É facil portanto depreender que, apesar de seu grande potencial, toda a região vivia num relativo isolamento até que a melhoria das vias de comunicação permitisse um fluxo fácil, permanente e confortável."

O antropólogo mesmo reconhecendo que foram os índios os primeiros habitantes do local, com direito à posse, pelo já uso da terra, na ocasião, há 6 anos, e a completa relutancia em abandonarem Coroa Vermelha, pro

põe transferência dos índios. Sugestão, aliás, que não se concretizou pela firmeza dos Pataxó em não saírem daquele sítio.

As conclusões do relatório do antropólogo, são sem sombra de dúvida, resultantes da pressão exercida sobre a FUNAI pelo prefeito de Santa Cruz Cabrália, sr. Alcides Góbiras Lacerda, interessado na época em vender os terrenos de Coroa Vermelha pertencentes ao seu município.

Tanto isto é verdade que, conforme registro de Imóveis, em anexo, em 23 de agosto de 1979 o Prefeito de Cabrália vende os terrenos de Coroa Vermelha ao sr. João Itamar Procópio, pelo preço de 39.900; que cinco dias após os vende à Firma Centauro Imobiliária Ltda, exatamente no dia 27 de agosto de 1979, preço de 3.850.000.

A Centauro Imobiliária lança o Projeto Integrado Parque de Coroa Vermelha, não respeitando ao menos o local que nos idos de 1973 foi cedido aos índios pelo Prefeito de Cabrália.

O Projeto é composto de 3 glebas, conforme folheto de propaganda, em anexo, aldeias Santa Maria, Pinta e Nina, "e unidades específicas tais como Camping para 1.500 barracas, Conjunto Hoteleiro com 360 leitos, chalets para veranistas e tudo mais que atende e complementa um lazer pleno de opções de conforto."

Conforme explicações do próprio folheto de propaganda, "as unidades loteadas são independentes ao mesmo tempo que integram um conjunto urbanístico no qual a iniciativa privada e governamental se unem para a implantação do pólo turístico de Porto Seguro...".

No entanto, em 29 de janeiro de 1981 de acordo com homologação ministerial o conjunto paisagístico Santa Cruz de Cabrália, especialmente, o Ilhéu da Coroa Vermelha, orla marítima e o conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade Alta é redefinido e tombado.

10/10/81

Com este tombamento, o Diretor da 4ª DR/SPHAN-FNPM, embarga o loteamento da "Aldeia Pinta", informando a Prefeitura local "que para qualquer loteamento a ser implantado no município, cujo acervo paisagístico encontra-se tombado pela SPHAN, terão que ser obedecidas todas as exigências e restrições constantes da aludida Informação Técnica que segue anexa."

Não obstante o embargo deste loteamento a aldeia Nina, obteve alvará de construção, uma vez que, conforme nos explicou o Dr. Ary Guimarães, Diretor da 4ª DR/SPHAN-FNPM, o pedido foi feito antes da redefinição das áreas tombadas no município de Cabralia.

A aldeia Nina, incide diretamente em cima da casa dos indígenas, que são, no momento, impedidos, pelos já "moradores de verão", de pegarem água para uso diário. As tensões crescem a cada momento, pelas pressões sobre os índios dos novos proprietários de lotes.

Apesar dos relatórios de funcionários da FUNAI dizerem do interesse da Marinha pelo Ilhéu de Coroa Vermelha "por ser ele de função estratégica imprescindível", o atual Tenente da Marinha da Capitania dos Portos, sediada na cidade de Porto Seguro, sr. Volney..., nos afirmou categoricamente que a afirmação não tem procedencia. Não tendo a Marinha qualquer interesse estratégico sobre a área pois a mesma não é utilizada para treinamento, desembarque de fuzileiros e tão pouco é área de segurança nacional e que normalmente são consideradas áreas sob a jurisdição da Marinha somente a faixa de cem metros ao longo da costa marítima.

De fato a afirmação de função estratégica do Ilhéu de Coroa Vermelha é improcedente, caso não o fora os loteamentos em processo no local de veriam sofrer os mesmos crívos proibitórios, que supostamente atingem a comunidade indígena.

Por outro lado o Estatuto do Índio não dispõe de qualquer norma

relativa a sobreposição de áreas indígenas com áreas de outros Órgãos Governamentais, como Marinha, Exército etc... O que tem havido, é uma convivência pacífica e harmoniosa tal qual acontece por exemplo, em Monte Pascoal, (Grupo Pataxó - Bahia), Baía da Traição (Grupo Potiguara - Pernambuco) etc, sem qualquer interferência da Marinha, nestes casos, nas questões indígenas.



DEMOGRAFIA

A aldeia Pataxó em Coroa Vermelha é constituída por dois arrua-
dos, que seguem paralelos ao pequeno ramal da Rodovia BR-367 que dá acesso a
Coroa Vermelha.

Do lado direito do arruado, moram vinte famílias, sob a chefia
do Cacique Chico, deste lado também está a escola da Aldeia.

Do lado esquerdo estão localizadas 12 casas e 16 famílias nuclea-
res, agregadas à chefia do Cacique Itambé. Neste lado, também a farmacia.

Sobressai, portanto, nesta aldeia duas lideranças, nenhuma no en-
tanto exerce um poder que centralize as duas facções, que se organizam em tor-
no do grupo familiar extenso de cada chefe.

Esta população Pataxó uma vez que está em contato permanente com
a sociedade regional, passa por constante processo de transformação, em con-
sequencia mesmo da situação de contato.

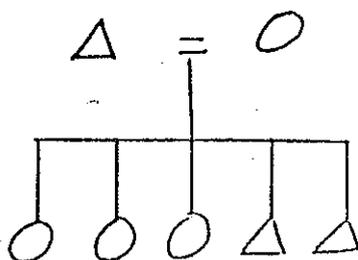
Através do recenseamento realizado por nós em maio 1985 em Coroa
Vermelha, chegamos a um total de 214 habitantes, sendo 114 homens e 100 mulhe-
res, habitando em 32 casas.

Se dividirmos a população de acordo com as facções a que está su-
bordinada cada família, então teremos:

Sob a chefia do sr. Francisco Alves da Silva, vulgo Cacique Chi-
co um total de 19 famílias, 67 homens e 55 mulheres.

1ª casa. Francisco Alves da Silva - Cacique Chico Rosa Ferreira

5 filhos = 3 mulheres e 2 homens

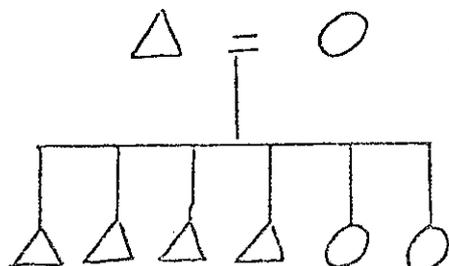


[Handwritten signature]

2ª casa. Manuel Alves Carvalho

Maria José Santana

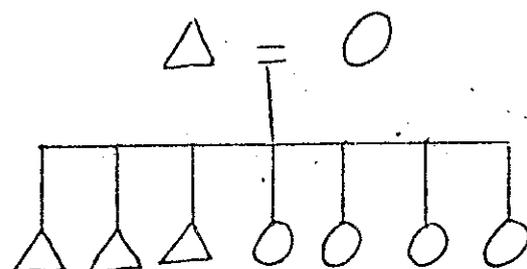
6 filhos = 4 homens e 2 mulheres



3ª casa. Laurencio Brás

Maria das Graças

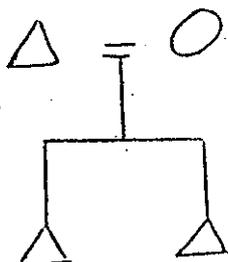
7 filhos = 3 homens e 4 mulheres



4ª casa. Benedito Gomes Mariano

Fidalga Moreira dos Passos

2 filhos = 2 homens

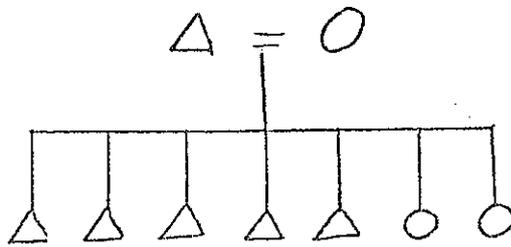


[Handwritten signature]

5ª casa. Benedito Ferreira Guedes

Domingas Guedes

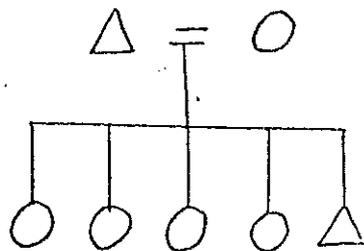
7 filhos = 5 homens e 2 mulheres



6ª casa. Manuel Benfica Soares

Josefina Soares

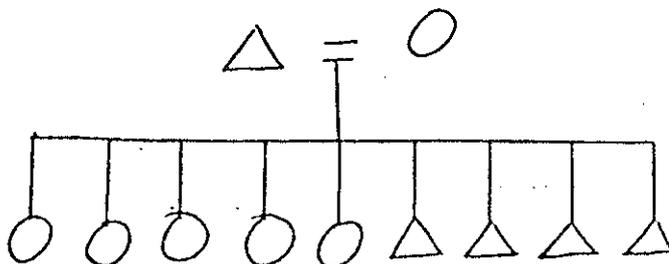
5 filhos = 4 mulheres e um homem



7ª casa. Geraldo Salles dos Santos

Maria da Ajuda S. dos Santos

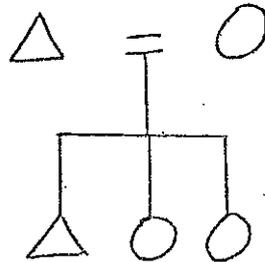
9 filhos = 5 mulheres e 4 homens



8ª casa. Honorato Ferreira

Maria da Ajuda

3 filhos = 1 homem e 2 mulheres

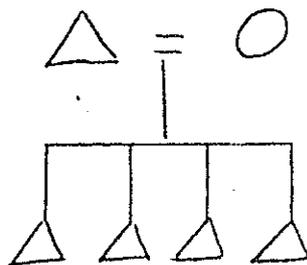


9ª casa. Noel do Espirito Santo Almeida

Maria da Conceição Santana da Cruz

4 filhos = 4 homens

Maria da Conceição encontrava-se grávida



10ª casa. Sinaldo Mariano

Gilberto Gomes

ambos solteiros e parentes

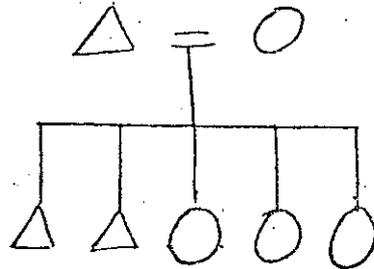


Handwritten signature or initials.

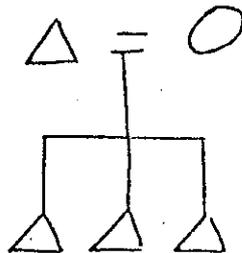
11ª casa. José Rodrigues dos Santos
Tomasa Cancela Brás



12ª casa. Domingos Rodrigues dos Santos
Vanda Ferreira Sales
5 filhos = 2 homens e 3 mulheres

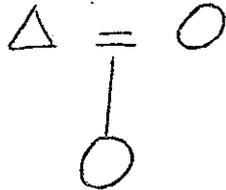


13ª casa. Cosme Santana
Maria das Graças
3 filhos = 3 homens

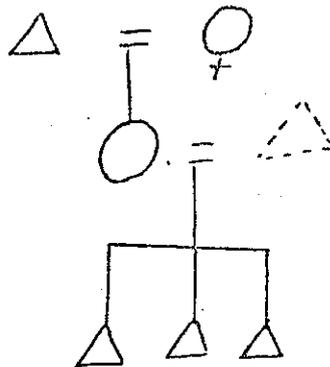


M. D. Sales

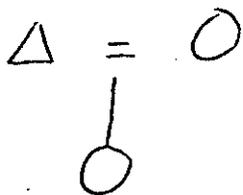
14ª casa. Luiz da Conceição
Gildete Maria da Conceição
1 filho = 1 mulher



15ª casa. João Marcos A. Santos
Maria da Conceição
3 netos = 3 homens



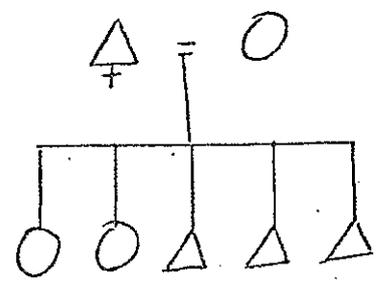
16ª casa. Raulino Santos Pesca
Zenilde
1 filho = 1 mulher
Zenilde encontrava-se grávida



Handwritten signature or initials in the bottom right corner.

17ª casa. Justina Ferreira do Nascimento

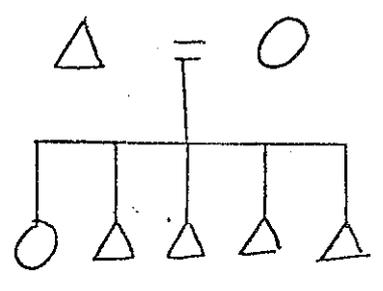
5 filhos = 2 mulheres e 3 homens



18ª casa. Anísio Mariano

Maria Pessoa das Neves.

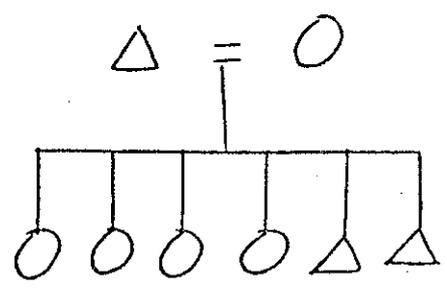
5 filhos = 1 mulher e 4 homens



19ª casa. José Nunes da Conceição

Maria Salete

6 filhos = 4 mulheres e 2 homens

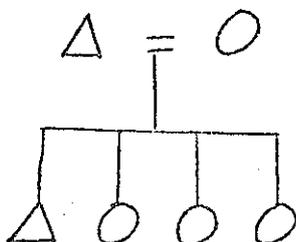


Handwritten signature or mark in the bottom right corner.

20ª casa. Joel Máximo

Maria Dalva

4 filhos = 1 homem e 3 mulheres

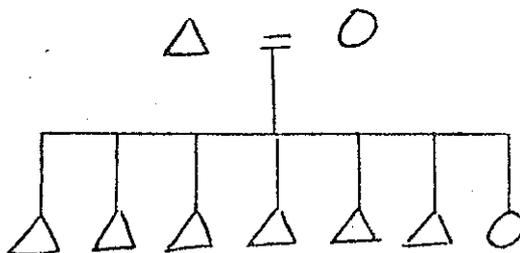


Parte da população liderada pelo sr. Alberto do Espirito Santo Matos Pataxó, vulgo Cacique Itambê, soma 92 habitantes, sendo 44 homens e 45 mulheres que moram em 13 casas.

1ª casa. Alberto do Espirito Santo - Cacique Itambê

Maria José Matos

7 filhos = 6 homens e uma mulher

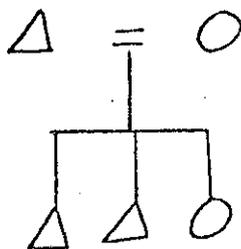


2ª casa. Pedro da Assunção Miranda

Maria de Lurdes

3 filhos = 2 homens e uma mulher

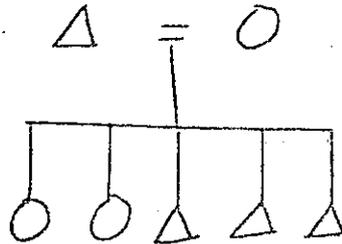
Maria de Lurdes encontrava-se grávida



3ª casa. Domingos

Aurita

5 filhos = 2 mulheres e 3 homens



4ª casa. Orlim Máximo Pinheiro

Joana Pinheiro

7 filhos = 3 mulheres e 4 homens

Abdias Máximo

Maria Máximo

4 filhos = 3 mulheres e 1 homem

Josuel Máximo

Zildete Máximo

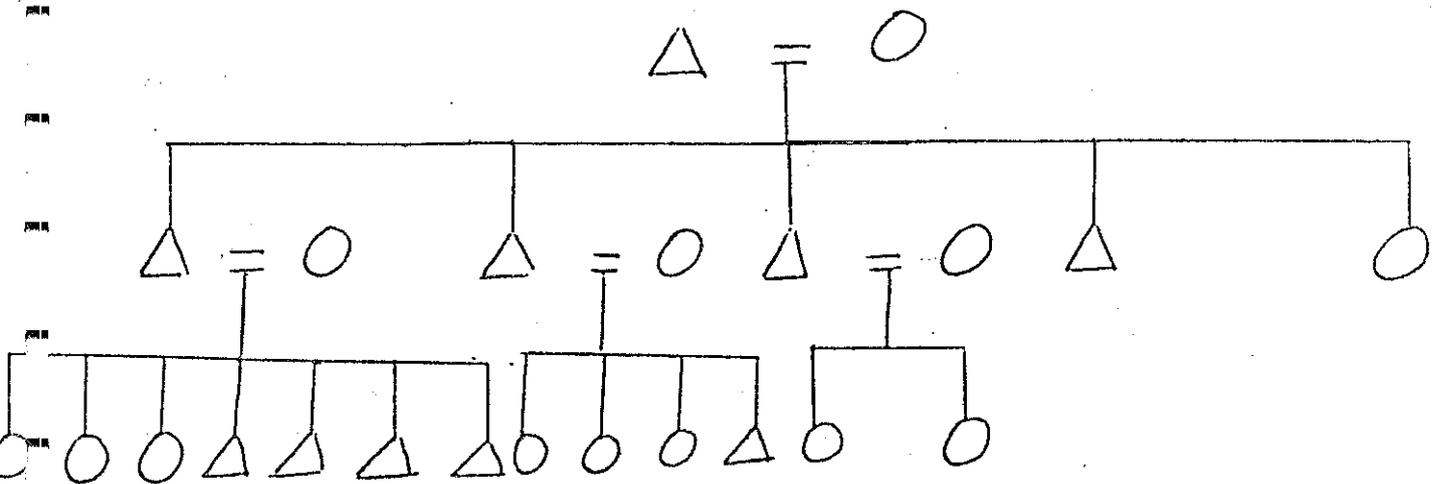
2 filhas

Antonio Máximo

Maria Isaura Máximo

5 filhos = 4 homens e 1 mulher

O senhor Antonio Máximo é o chefe da família

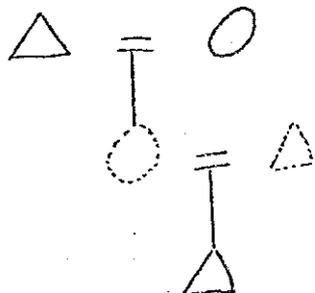


[Handwritten signature]

5ª casa. Antenor Valerio

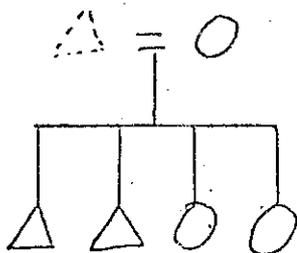
Isabel Valerio

1 neto



6ª casa. Joaquina Ferreira da Conceição

4 filhos = 2 homens e 2 mulheres

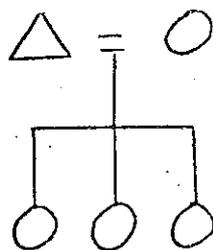


7ª casa. Valdir Graciano Alves

Cosma Máximo

3 filhos = 3 mulheres

Cosma Máximo encontrava-se grávida



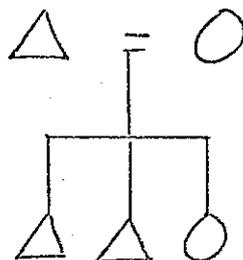
Handwritten signature and date: 19-10

8ª casa. João Garcia

Noemia Garcia

3 filhos = 2 homens e uma mulher

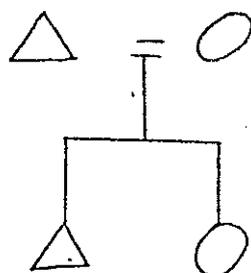
Estes índios são guarani da aldeia Panambi.



9ª casa. Benedito Alves dos Santos

Esbela Florencio Magno

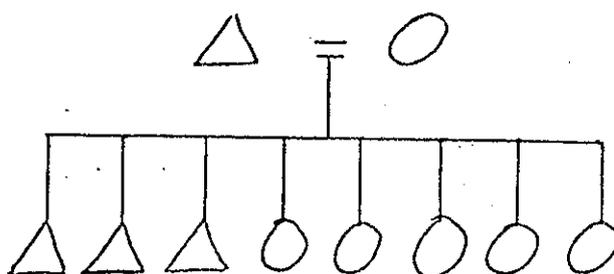
2 filhos = 1 homem e uma mulher



10ª casa. Antonio Ferreira de Almeida

Bernarda de Almeida

8 filhos = 3 homens e 5 mulheres

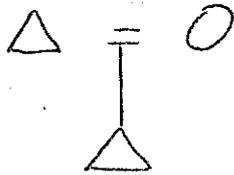


Handwritten signature or mark in the bottom right corner.

11ª casa. Adailton Lemos

Célia Lemos

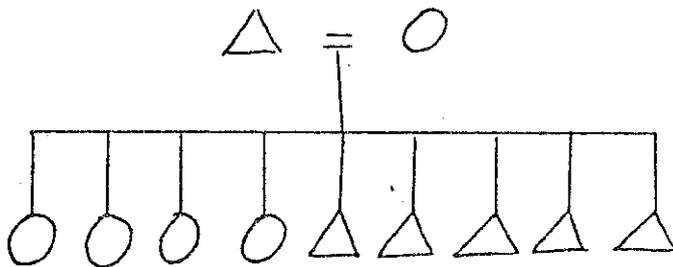
1 filho homem



12ª casa. Roberto

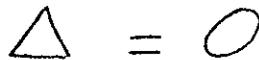
Maria

9 filhos = 4 mulheres e 5 homens



13ª casa. Geralda A. dos Santos

Ideilda dos Santos



Quando se analisa o crescimento da população Pataxó de Barra Velha, chega-se a conclusão que o processo de "inchação" da comunidade se deve a três fatos: 1º - é uma população com o nível de natalidade bastante alto, haja visto a existência de quatro grávidas por ocasião do censo, e o alto índice de crianças cuja faixa etária é bem baixa, inferior a cinco anos.

2º - A migração é muito intensa nesta área. São normalmente parentes dos atuais moradores, que passando dificuldades em outras áreas, vem a Coroa Vermelha para estarem com seus familiares e venderem artesanatos. Encontrando maiores facilidades nas vendas pelo afluxo de turistas, aí resolvem estabelecer residência definitiva.

3º - Além destes dois crescimentos permanentes, esta população tem em aumento acentuado na época de verancio, que coincide com o período de entre-safra. Ocasão em que os índios se dedicam ao artesanato e a sua venda.

QUADRO EXPLICATIVO

\triangle = HOMEM

\circ = MULHER

$\circ + \triangle$ = MULHER E HOMEM FALECIDOS

$\circ - \triangle$ = MULHER E HOMEM NÃO RESIDENTES NA ÁREA INDÍGENA

Assinado

PROPOSTA DA ÁREA

Quando se analisa as questões relacionadas aos Pataxó de Coroa Vermelha, conclui-se: que é uma população altamente miscigenada com tendência ao crescimento etnicamente plural, mas que mantém uma identidade étnica específica e oposta aos componentes da sociedade nacional.

Que esta comunidade, hoje efetivamente inserida no contexto de Coroa Vermelha, é resultante das compulsões impostas pela sociedade nacional. Que neste caso específico teve na figura do IBDF o agente espoliador que obrigou a população Pataxó a procurar novas formas e lugares para a sua sobrevivência.

A área reivindicada pela comunidade, alcança mais ou menos 70 ha, é constituída do chamado Ilhéu de Coroa Vermelha. A permanência ininterrupta destes índios neste local, desde os idos de 1972, até então área totalmente descaracterizada de interesses de natureza econômica, garante a comunidade o direito a posse permanente e inquestionável da terra.

A ocupação e permanência destes índios em Coroa Vermelha, funciona aliás, como propaganda turística, compondo prospectos que servem a interesses do comércio imobiliário, conforme atesta folheto em anexo, atuando, também, como chamada exótica, nos libretos turísticos locais.

É bem verdade que área tão pequena, para uma população em crescimento não permitirá de forma alguma a prática de uma agricultura, nem ao menos, de subsistência. Terão somente, oportunidade de terem acrescidos os quintais de suas casas, onde poderão aumentar as plantações de hortaliças e frutas.

Para suprir a necessidade de terras onde teriam condições de plantarem e colherem matéria prima para artesanato, foi aventada a possibili

105

dade de se adquirir através do INCRA uma parcela de terras em áreas que estão em processo de desapropriação pelo próprio INCRA, na região e próximas a aldeia.

Estes entendimentos tiveram início entre os componentes do GF da FUNAI e o agrônomo Dr. Marcos Sá Ferreira, representante do INCRA, na equipe. Os contatos posteriores e ainda preliminares para efetivação das negociações deveriam ser continuados através da 17ª DR, no grupo, representada pela antropóloga Maria Hilda Baqueiro Paraíso.

A área de Coroa Vermelha, com a demarcação, somente permitirá maior comodidade para a comunidade indígena e é viável pelo tipo de atividade exercida pelo grupo, que se dedica, exclusivamente, ao artesanato.

Reconhecemos a deficiência da mesma ao mesmo tempo que compreendemos o direito deste povo de escolher seu próprio caminho, permanecendo no lugar que há doze anos e meio elegeu para reconstituir-se como grupo tribal.

Brasília-DF

MEMO Nº 08 /DARN/DPI/85.

Em 30/10/85

Do : Antropóloga ISA MARIA PACHECO ROGEDO

Ao : Sr. Diretor da DPI

Assunto

A não entrega do relatório a que se refere a Port. nº 1847/E de 28.03.85, tem sua justificativa.

Fomos para campo uma equipe constituída de funcionários da FUNAI e INCRA: a da FUNAI era composta de um engenheiro agrimensor, um técnico agrícola e duas antropólogas, Maria Hilda Baqueiro Paraíso e eu. A presença de Maria Hilda era indispensável e justificada pelo seu profundo conhecimento do grupo Pataxó; duas antropólogas se explicava pelo sério problema de faccionamento que apresentavam as áreas e objetivava um estudo mais amplo e novas possibilidades de estudar a problemática de terra para grupos com contato permanente.

O estudo pretendido foi suspenso por acontecimentos que impediram a vinda de Maria Hilda à Brasília para a elaboração do relatório. Logo a seguir as comunidades de Coroa Vermelha e Imbiriba após discussão com outras lideranças Pataxó, resolveram desistir das reivindicações de maio solicitando nova equipe para redefinição das áreas. Maria Hilda faria os novos estudos e os proporíamos em conjunto.

Uma série de acontecimentos na 17ª DR, como é do conhecimento de V.Sa., provocou o afastamento daquela antropóloga, o que impediu sua ida para campo. Tendo em vista tais acontecimentos, concluímos o relatório, mesmo estando defasado, devido as novas áreas solicitadas pelas comunidades; ficou por ser datilografado, uma vez que já não apresentava soluções para os índios e devido ao aumento de trabalhos mais imperiosos na diretoria.

Atenciosamente,


ISA MARIA PACHECO ROGEDO
Antropóloga/DARN



MINISTÉRIO DO INTERIOR
 FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
 - FUNAI -

A' Srta. Tereza Pinedo,

Fimosa apresento relatórios autôgrafos
 dos referidos Índios Indígenas:

- 1- ÁGUAS BELAS,
- 2- IMBIRIBA,
- 3- COCOA VERMELHA e
- 4- MATA MEDONHA.

Os trabalhos em apreço referem-se à
 comissão prevista na Port. nº 1807/E, de 23.3.55

Os índios de IMBIRIBA e ÁGUAS BELAS re-
 clamam aqui em favor a delimitação de duas
 áreas coletivas.

Os de COCOA VERMELHA e MATA MEDONHA
 estão na mesma expectativa.

Em 29.10.55

[Assinatura]

Marcelle Pinedo Gil
 In. DPT.

PORTARIA Nº 1847/E, DE 28 DE MARÇO DE 1985.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO-FUNAI, no uso das atribuições que lhe confere os Estatutos,

RESOLVE:

I - Determinar o deslocamento as Áreas Indígenas Patuxõ de Coroa Vermelha, Ibiriba, Águas Belas e Montinho, localizadas no município de Porto Seguro, Estado da Bahia, dos servidores ISA MARIA PACHECO ROGEDO-Antropóloga/DPI, MANOEL BARBOSA FILHO-Cartografo/DPI, REGINALDO COSTA SANTOS-Técnico em Agrimensura e Pecuária/DPI e MARIA HILDA BAQUEIRO PARAIZO - Assessora da Presidência para assuntos da Bahia/AJASAL para, sob a coordenação da primeira e em conjunto com Técnicos do INCRA, ITERBA e SPHAN a serem designados, procederem estudos visando a definição dos limites das áreas indígenas acima mencionadas; bem como o respectivo levantamento fundiário, conforme determina o artigo 2º do Decreto nº 88.118/83.

II - Concomitantemente ao trabalho de identificação proceder vistoria "in loco" das áreas de propriedade de Empreendimentos Florestais S.A. FLONIBRA.

III - O levantamento fundiário juntamente com o estudo da redefinição da área indígena a ser apreciada pelo Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 88.118/85, constará de vistoria de benfeitorias implantadas de boa-fé por não índios, consideradas úteis e necessárias, inseridas nos limites a serem propostos e visarã inclusive, a natureza da ocupação, contingente populacional e conflitos existentes, mediante a identificação de posse, domínios, levantamentos documentais em Cartórios das Certidões de Registros e respectivas cadeias sucessórias.

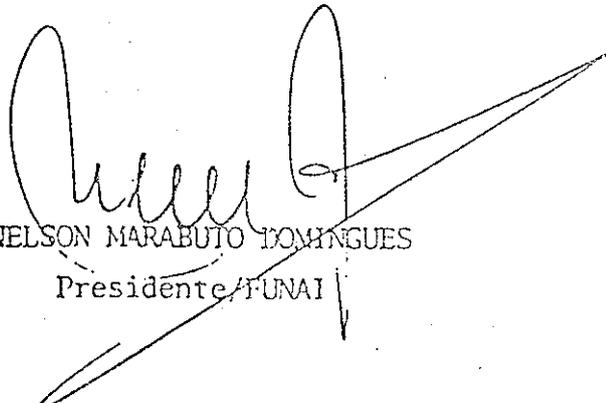
IV - Determinar o prazo de 15 dias para a execução dos trabalhos, a contar do dia 1º de abril.

P/F/8-1070/85 - Coroa Vermelha

V - Determinar o prazo para a entrega do relatório correspondente em 30 (trinta) dias, após o término dos trabalhos de campo.

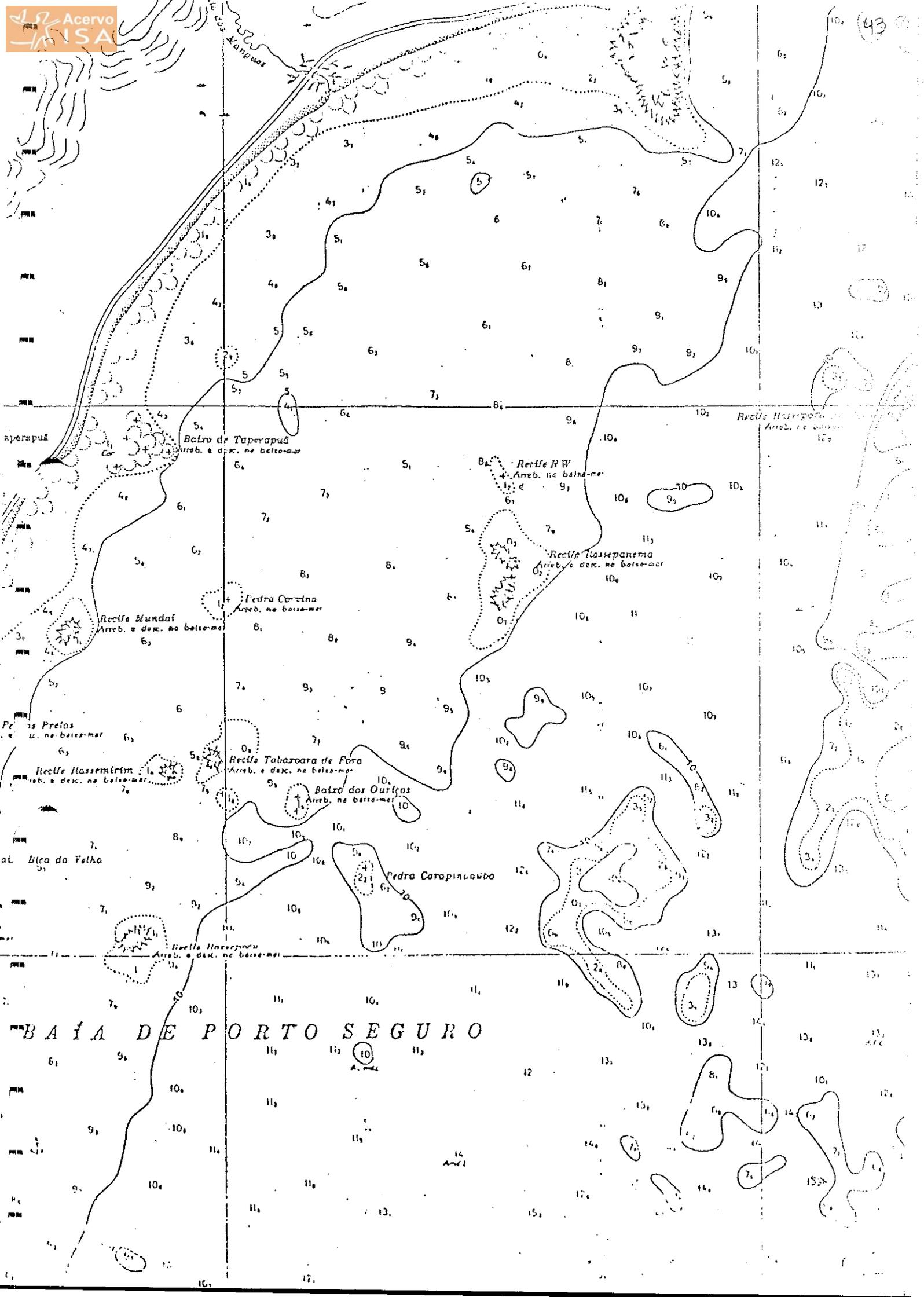
VI - Parte das despesas correrão as expensas do proprietário da área em que será realizada vistoria "in loco", e parte deverão correr à conta dos recursos do FINSOCIAL.

VII - O recurso a ser utilizado por conta do interesse do encontra-se a disposição desta Fundação depositado na C/C nº 3031-7, Banco do Brasil S/A, Agencia Metropolitana, SIA-BSB.



NELSON MARABUTO DOMINGUES
Presidente FUNAI

Recabi o original
Em. 28 / 3 / 85
R. 290-10



BAÍA DE PORTO SEGURO

PORTO SEGURO

levantado em 1976 e 1977

1:50,000
Escala: 1:50,000
Altura média de sizígia

Nº 12000

Carta No. 12000

18' 1.85'

ALTIMETRIA GERAIS

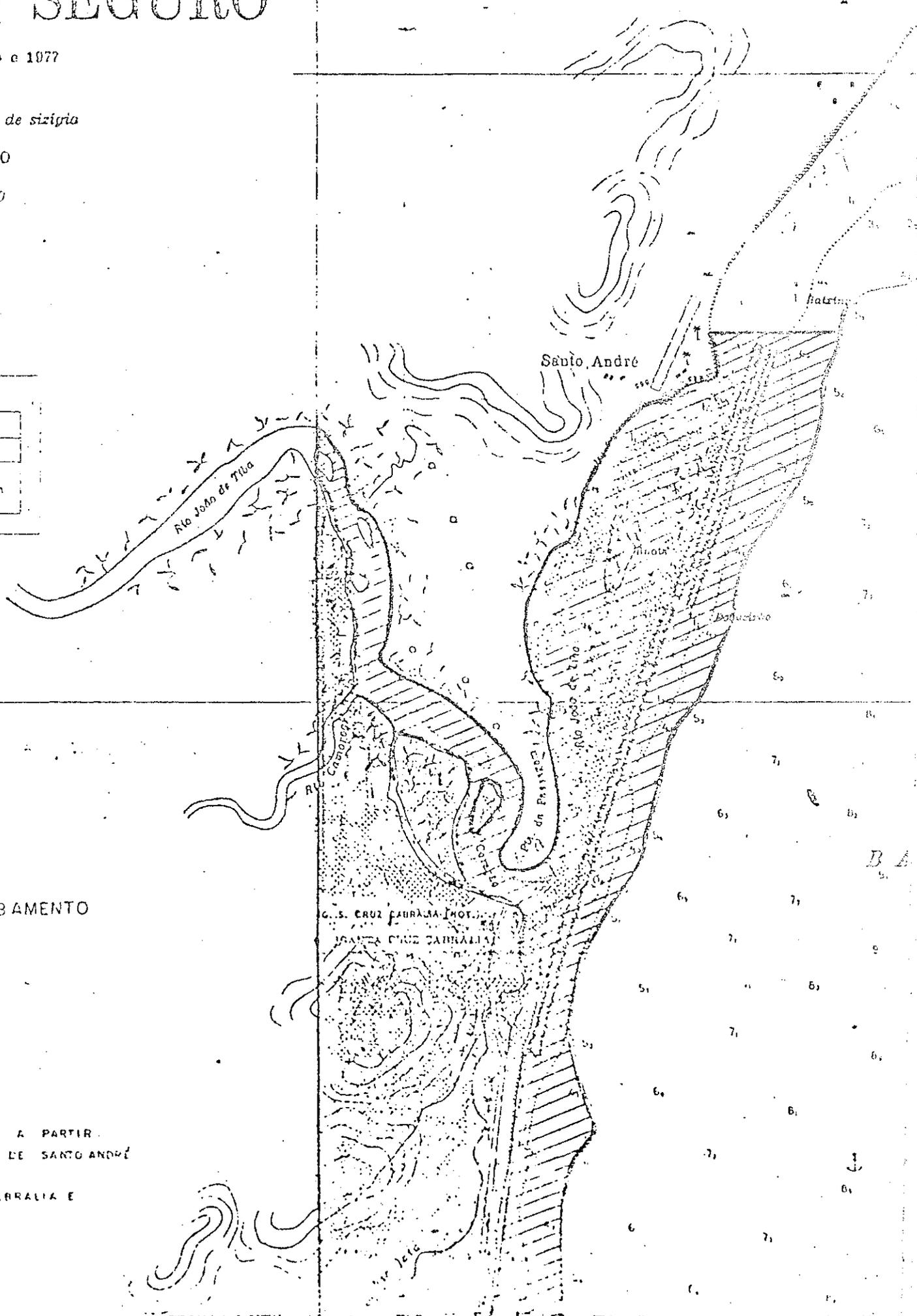
A MARE

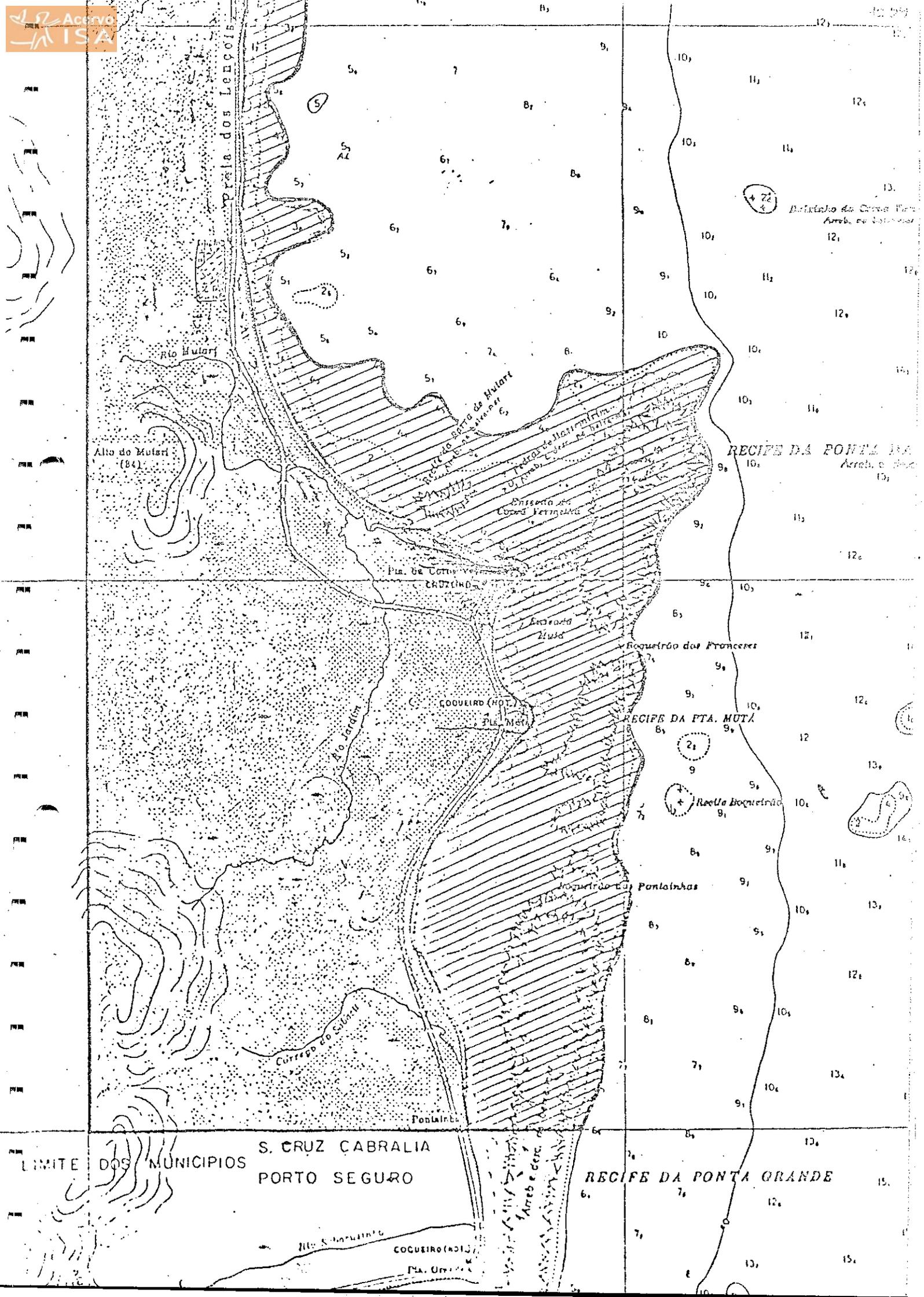
| | |
|---------|--------|
| Mareza | |
| M. N.M. | N.M. |
| 145 cm | 106 cm |

PARA TOMBAMENTO

ALTIMETRIA GERAIS A PARTIR DO Povoado de Santo André

SANTA CRUZ CABRALIA E





Praia dos Lençois

Rio Mulari

Alto do Mulari (84)

Rio do Sapo de Mulari

Pls. de Coroa Vermelada

COQUEIRO (HOT.)

Rio Jardim

Corrego do Sabariti

Pontalinas

LIMITE DOS MUNICIPIOS

S. CRUZ CABRALIA
PORTO SEGURO

Rio S. Sebastião

COQUEIRO (HOT.)
Pls. Urubitinga

72

Restinho do Coroa Vermelada

RECIFE DA PONTA DA
Arreb. e de

RECIFE DA PTA. MUTA

Recifa Boqueirão

Boqueirão da Pontalinas

RECIFE DA PONTA GRANDE

7

13

13

15